

PROPOSTA GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023

UM ORÇAMENTO PARA TODOS OS TIRSENSES

PSD SANTO TIRSO

ÍNDICE

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES	2
GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023	3
AS PESSOAS NO CENTRO	4
FISCALIDADE	5
FAMÍLIAS.....	6
EMPRESAS.....	7
HABITAÇÃO	8
SAÚDE	10
CULTURA.....	11
DEMOGRAFIA.....	12
MOBILIDADE	13
DESPORTO	14
TURISMO.....	16
DESCARBONIZAÇÃO – ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	18
PROTEÇÃO CIVIL	19
TRANSPARÊNCIA, AMBIENTE, INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL:	23
ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	26
NOTAS FINAIS	27

MENSAGEM AOS MUNÍCIPIES

Eleitos em dezembro de 2021, eu e a equipa que me acompanha, assumimos com muita honra, o compromisso de trabalhar para e por Santo Tirso.

Abraçamos este desígnio com a consciência do enorme desafio que temos pela frente. Estamos ainda convictos das mais-valias e do valor acrescentado que trazemos para a causa pública e para todos os tirsenses.

Hoje em Santo Tirso, temos um PPD/PSD renovado e ambicioso, um PPD/PSD virado para fora, para as necessidades e anseios do concelho, um PPD/PSD que não teme os riscos, nem receia a esperança. Um partido aguerrido, firme nos seus princípios e pronto para defender os melhores interesses dos munícipes. Reportando-nos ainda à nossa tomada de posse, dissemos e iremos, juntos com os tirsenses, superar adversários e derrotar os grandes problemas estruturais de Santo Tirso.

À política e aos políticos é-lhes pedido disponibilidade para servir as pessoas, com trabalho, rigor, dedicação e competência. São essas valências que pretendemos transpor para Santo Tirso. Exerceremos com lealdade e verdade, com todo o empenho e saber pessoal, a liderança da oposição na nossa terra. Queremos construir um legado que orgulhe todos os tirsenses.

A gestão de um concelho não se faz sem um bom plano e acima de tudo muito bem estruturado. A cada ciclo anual estabeleceremos prioridades e objetivos nas grandes opções do plano. Acreditamos que temos os ingredientes necessários para que tenhamos um concelho mais inclusivo, justo e desenvolvido, onde todos os cidadãos, famílias e empresas se sintam parte integrante da vasta e riquíssima história de Santo Tirso.

Hoje é sonho, amanhã será uma realidade!

Ricardo Pereira.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023

As grandes opções do plano para 2023 refletem o compromisso que o PPD/PSD Santo Tirso firmou com todos os tirsenses enquanto oposição.

Seremos a ponte para a construção de um futuro mais promissor tendo como fio condutor a ação social, económica, cultural e desportiva para os próximos três anos. Este é o nosso compromisso, que tem como pilar central a vida do concelho e os vários concidadãos que o compõem.

O nosso compromisso será com todos os tirsenses, mas daremos uma especial atenção aos mais jovens e aos idosos, uma vez que queremos implementar uma rede funcional de transportes públicos gratuitos para estes dois grupos de cidadãos.

Garantimos que conseguiremos devolver impostos às famílias, de modo a fazer face aos aumentos da inflação e do custo de vida. **Garantimos** que irão notar uma melhoria significativa do seu rendimento disponível.

Com a inclusão das nossas opções, pelo executivo camarário, **garantimos** uma diminuição da carga fiscal para as famílias e empresas, por forma a estimularmos e melhorarmos a competitividade, alavancando o crescimento económico. Assim, e de acordo com a “*Tax Foundation*”, um sistema fiscal competitivo e neutro promove o crescimento económico sustentável e o investimento, sem prejudicar os níveis de receita fiscal necessários ao executivo para a prossecução das suas competências.

Estamos certos, de que, uma boa política autárquica, proporciona as condições de proximidade ideais para concretizar a visão de que em Santo Tirso **as pessoas estão primeiro**. Estas são as nossas opções, com responsabilidade e compromisso, ainda com a ambição de construir um concelho mais inclusivo e próspero.

AS PESSOAS NO CENTRO

Assumimos como eixo central das políticas públicas **servir as pessoas**. As que nasceram no município, as que o escolheram para morar e constituir família e aquelas que o elegeram para trabalhar ou instalar os seus negócios. As que vivem da agricultura, dos têxteis, da panificação, da restauração e de todos os outros negócios. Aos nossos olhos, **todos somos tirsenses**.

Apesar da conjuntura macroeconómica com que nos deparamos, no pós-pandemia e com uma guerra na Europa, uma inflação como há muito não se via, **as nossas propostas centram-se nas pessoas e nas famílias**. Queremos reduzir os impostos e otimizar os recursos para melhor servirmos Santo Tirso e os tirsenses.

Queremos **atrair** empresas de alto valor acrescentado e tecnológico. Queremos apoiar as empresas que já estão instaladas no concelho, reduzindo a burocracia e auxiliando no investimento.

Todas estas propostas, aqui firmadas, asseguram uma execução orçamental e a estabilidade institucional presente e futura do município, e acima de tudo, dão resposta às expectativas dos cidadãos, das empresas e das instituições, refletindo uma mudança na maneira de fazer política junto das pessoas, ao promover o envolvimento dos cidadãos na construção das soluções para os problemas estruturais do município e dos munícipes individualmente.

Queremos ainda promover um concelho efetivamente livre, pluralista e sem amarras - sem impor agendas, capaz de mobilizar e envolver ativamente os cidadãos em torno de compromissos de sustentabilidade ambientais comuns.

FISCALIDADE

Face ao esperado aumento da receita de impostos, por via do crescimento da taxa de inflação, o PPD/PSD reitera que os grandes penalizados e sobrecarregados serão as famílias e o investimento. Por conseguinte, o PPD/PSD Santo Tirso defende uma reforma fiscal, sem onerar o município, para podermos aliviar o orçamento das famílias e das empresas, permitindo crescimento económico, incentivo à fixação dos mais jovens e das famílias em Santo Tirso e melhorando o nível de vida de todos os cidadãos.

Não temos dúvidas que os impostos, na medida em que distorcem as escolhas dos agentes económicos, constituem, em geral, fonte de ineficiência. Quando a tributação é demasiado elevada, a atividade económica abrande e pode mesmo estagnar, ou até, em casos extremos, entrar em crescimentos económicos negativos.

Nesse sentido, e sendo uma grande preocupação para o PPD/PSD Santo Tirso, apresentamos um conjunto de medidas que visam introduzir uma recuperação de rendimentos para as famílias e empresas tendente à dinamização da atividade económica.

FAMÍLIAS

No âmbito do compromisso com as famílias, propõe-se:

1. Uma redução de 100 pb (pontos base) na retenção da taxa de IRS, passando de uma taxa atual de 4,75%, para uma nova taxa de retenção que se cifrará em 3,75%, tornando assim o município de Santo Tirso como o mais amigo das famílias e o mais competitivo que todos os concelhos vizinhos.
 - a. Estimamos que esta medida tenha um impacto na redução da receita em cerca de 490.000€ (quatrocentos e noventa mil euros), compensada pela subida geral dos rendimentos. Será uma medida com neutralidade fiscal para o Município, no entanto, muito estimuladora para a fixação de jovens e famílias em Santo Tirso, por comparação com municípios vizinhos.
2. Já em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis, o PPD/PSD propõe uma redução da taxa atual que está cifrada nos 0,375%, para os 0.350%, mantendo as deduções fixas por agregado em vigor.
 - a. Com esta medida, estimamos uma redução da receita em cerca de 530.000€, (quinhentos e trinta mil euros), compensada pela subida do aumento da atividade económica. Esta será também uma medida com neutralidade fiscal para o Município e assaz estimuladora para o crescimento económico, nomeadamente do casado mercado da habitação.
3. Da análise ao mais recente estudo da Deco Proteste em 2022, propomos uma definição de alternativas viáveis para a redução da fatura da água no município de Santo Tirso, que é o **segundo do país com fatura da água mais cara**. (<https://www.idealista.pt/news/financas/economia/2022/01/20/50600-quaes-sao-os-municipios-com-a-agua-mais-cara-e-barata-do-pais>). Apesar dos apoios sociais nesta vertente, é urgente atuar sobre todos os custos que pendem sobre os munícipes. Atualmente, estes pagam uns surpreendentes **490,77** Euros por cada 120 metros cúbicos ano, só superados pelos custos no município da Trofa. Por isso, alertamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de que, ao renegociar o contrato de concessão com a empresa Indaqua, após o “teatro” da rescisão, esta “disponibilidade” não deixa de continuar a onerar em demasia os bolsos dos munícipes.

EMPRESAS

No âmbito das empresas, propõe-se:

1. A criação de um gabinete de apoio integrado no Invest - Santo Tirso, ou à sua margem, tendo em vista capacitar e dotar os nossos jovens e futuros empresários, de conhecimentos e noções básicas de fiscalidade, contabilidade e direito laboral;
2. A criação de uma Agência para o Empreendedorismo e Inovação (AEI), que promova as PME e outros projetos e programas para apoio ao empreendedorismo, competitividade e inovação. Será dado especial foco no apoio ao desenvolvimento de start-ups de base tecnológica, como incubadora, aceleradora – Startup Santo Tirso – que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do país e possibilitem a criação de postos de trabalho de alto valor acrescentado.
3. Propõe-se ainda a redução da taxa da derrama em 0.3 pontos percentuais, passando dos atuais 1,5% - taxa máxima, para uma taxa de 1.20%. Também aqui promovemos e estimulamos os nossos empresários a fixarem-se no nosso município, por comparação com os municípios vizinhos onde são praticadas taxas mais altas, com exceção do concelho de Vizela (1%) e equiparados com o concelho de Vila Nova de Famalicão, onde se pratica uma taxa na ordem de (1,20%).
 - a. Esta será uma medida com um impacto estimado na redução da receita fiscal em cerca de 563.000€ (quinhentos e sessenta e três mil euros), justificada com a criação de mais e melhor emprego, por via do alívio da carga fiscal às empresas.

HABITAÇÃO

O direito à habitação está constitucionalmente consagrado, para todos os cidadãos. Por isso, queremos que Santo Tirso seja cada vez mais um concelho universal, o que implica garantir habitação condigna e acessível a toda a população, atraindo novos habitantes para o nosso burgo.

É desígnio do PPD/PSD de Santo Tirso, dar corpo a uma nova geração de políticas públicas em defesa do direito à Habitação, propondo um conjunto de medidas e incentivos, como por exemplo, a promoção de rendas acessíveis, complementando o Regulamento do arrendamento apoiado e da gestão das habitações municipais (RAAGHM), tendo sempre presente a coesão territorial, pelo que propomos:

1. A criação de um programa de renda acessível 2023-2025, utilizando as verbas disponíveis no PRR. O objetivo passa por criar no triénio 2023-2025, se possível, a disponibilização de 1000 fogos.
2. Para se poder atingir o objetivo anteriormente mencionado, propomos iniciar um diálogo aberto e franco com instituições que disponham de património imobiliário significativo, a saber, Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Juntas de Freguesia e o Estado Central.
3. Revisão do Regulamento do arrendamento (RAAGHM) para:
 - a. Introdução de novos critérios de análise da situação sócio-económica das famílias;
 - b. Introdução de um mecanismo de deteção e controlo, a montante, para posterior acompanhamento, que permita evitar o incumprimento no pagamento de rendas ou de acordos de liquidação de dívida pela via litigiosa;
 - c. Reforço da transparência e da proteção dos inquilinos, através da suspensão dos despejos de imóveis municipais quando verificada a situação efetiva de carência económica e a CMST não disponha de espaços alternativos para o realojamento dos mesmos;

- d. Alteração da competência relativa aos despejos (atualmente uma incumbência do Presidente da Câmara), para o executivo, sempre a aprovar por maioria qualificada.

SAÚDE

A área da saúde exige da nossa parte uma atenção muito especial. Temos um centro hospitalar que não responde às necessidades dos nossos cidadãos e que está mergulhado num caos total. A sociedade tirsense tem um índice demográfico preocupante e caminha a passos largos para uma sociedade envelhecida e é, neste tema, que o PPD/PSD irá também centrar os seus esforços e assim prover de uma maior e melhor saúde todos os tirsenses, com especial foco para os maiores de 65 anos e os mais desfavorecidos. Este ítem será uma pedra basilar para o que queremos implementar em Santo Tirso. Desde logo propõe-se:

1. A requalificação dos nossos centros de saúde, melhorando as condições de trabalho dos profissionais e a comodidade dos utentes;
2. Apoiar e celebrar um protocolo com o IPO, com o objetivo de aumentar as terapias, meios técnicos e humanos, conseguindo aumentar o número de utentes tratados no nosso centro hospitalar;
3. Reforçar e aumentar as equipas de saúde ao domicílio, colaborando com o CHMA e juntas de freguesia. Urge aumentar o apoio domiciliário a idosos, carenciados e pessoas de mobilidade reduzida, garantindo deste modo, o seu acesso a cuidados de saúde dignos e adequados à sua condição.
4. Adquirir terreno e demonstrar ao governo central a importância de um **hospital central novo**, para que, no eixo 2023-2030 e com fundos comunitários do PRR, esse sonho seja uma realidade em Santo Tirso, recuperando todas as valências perdidas ao longo de décadas, incluindo a maternidade, porque não. Santo Tirso tem uma localização privilegiada para a instalação de um hospital central que servirá não só a população de Santo Tirso, mas também todos aqueles que vivem nos concelhos vizinhos, como Vizela, Trofa, Paços de Ferreira, Lousada, Valongo e Maia.
5. O Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), continuará integrado na rede e a prestar apoio ao polo de Vila Nova de Famalicão, mas neste caso reconvertido, com uma clínica de saúde mental de referência, já em curso e com o aumento dos tratamentos e acordos com o IPO.

CULTURA

A diversidade multicultural de uma cidade e de um concelho, são primordiais para o crescimento enquanto comunidade. Gerador de um sentimento de pertença muito elevado, não só para nós tirsenses, mas também para quem nos visita.

Começando pela arquitetura, passando pelos monumentos e esculturas ao ar livre, o Museu Abade Pedrosa e a Biblioteca Municipal. Santo Tirso, tem de desenvolver um programa cultural ambicioso e com futuro.

Afirmar a Cultura num contexto global significa assumir ativa e consequentemente uma política cultural inclusiva, de e para todos e não importando a idade.

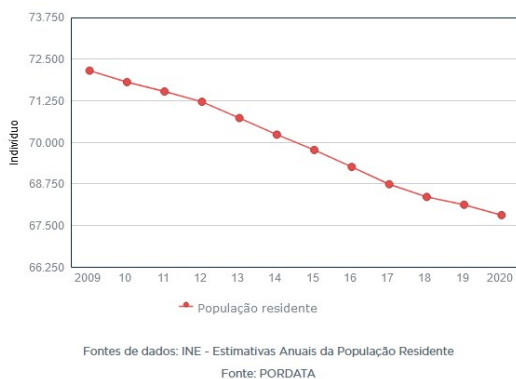
É, pois, fundamental, construir em conjunto com a comunidade, uma Cultura que dê centro ao centro e envolva as freguesias. Devemos apostar em centros culturais de proximidade, que sejam simultaneamente centros de cidadania, de conhecimento, de aprendizagem e de divulgação. Para esta implementação o PPD/PSD, propõe:

1. Requalificação e dinamização do edifício do Cineteatro, em Santo Tirso, permitindo a criação de um espaço de excelência para a prática de atividades culturais;
2. Junto do Conselho Municipal para a juventude e em articulação com as associações e grupos de jovens, promover a **semana da juventude**, criando e dinamizando a **FESTIRSO**, com um amplo e vasto programa de concertos e atividades culturais e desportivas;
3. Desenvolver e divulgar uma rede de equipamentos culturais concelhios;
4. Criar, identificar e promover o Museu Contemporâneo de Fotografia. Albergar o espólio fotográfico tirsense é uma obrigação da câmara municipal;
5. Criação e dinamização do Museu Têxtil, no antigo edifício sede da junta de freguesia de Vila das Aves;
6. Promoção dos Mosteiros de São Bento e Singeverga, no âmbito da rede de Mosteiros e Paisagens culturais das cidades Beneditinas, culminando com a candidatura a Património Mundial da UNESCO;

DEMOGRAFIA

Entre 2011 e 2022, o nosso concelho registou uma contração da população residente em cerca de 7%. O número de jovens até aos 14 anos contraiu 42%; a população ativa (dos 15 aos 64 anos) também diminuiu cerca de 12%; já a população sénior (+65 anos),

✓ População residente



aumentou em 66%. Todos estes dados fazem com que o saldo natural, no nosso concelho, seja negativo em 179 pessoas. (dados de 2019)

Em 2020, o nosso concelho, registou 220 idosos por cada 100 jovens, em contraciclo com 2010, onde este rácio era de 116 idosos

por cada 100 jovens. Além de uma perda inestimável em termos económicos e sociais, é importante perceber o enquadramento com os concelhos vizinhos. Nessa medida, podemos perceber que a média dentro da NUTSIII é de 137 idosos por cada 100 jovens. Abaixo, portanto, 38% do registado no nosso concelho. Pretende, por isso, o PPD/PSD, propor medidas que contrariem este ciclo negativo, a saber:

1. Apoios diretos ao alargamento da rede municipal de creches (com IPSS'S), captando os fundos do PRR e dos Quadros Comunitários competentes, contribuindo para uma melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.
2. Apoio direto à natalidade, com a criação do programa “**cheque natalidade**”. Um apoio de 1.200,00 Euros por família e por cada nascimento, aos residentes em Santo Tirso. Medida a iniciar em 2023.

MOBILIDADE

Outrora, ponto de paragem entre Douro e Minho, concelho líder na Europa do têxtil, Santo Tirso precisa de se reinventar para voltar a ser um concelho de referência, tanto no distrito, como no norte e no País. Entende o PPD/PSD, ser agora o momento oportuno para propor **três** projetos estruturantes em matéria de mobilidade, a concretizar pela Autarquia, em parceria com os Municípios da Trofa e Valongo, bem como no âmbito da própria AMP (área metropolitana do Porto) até 2030, aproveitando os fundos comunitários que nos disponibilizam, investindo e promovendo uma forte mobilidade municipal e intermunicipal, atendendo ao expectável crescimento da rede periférica de transportes do Grande Porto, a saber:

1. O primeiro, a elaboração de um mapa para colocar Santo Tirso a circular, definindo os eixos estratégicos de atuação e as metas, de modo a concretizar um modelo de economia circular no concelho até 2030, com a ligação à nova variante da EN.14;
2. O segundo, a exigência junto do estado central, do prolongamento da linha de metro de superfície (que atualmente termina no concelho da Maia) até à Trofa, para que posteriormente também seja uma realidade no nosso concelho, ligando a estação da Trofa a Santo Tirso e Vila das Aves.
3. O terceiro, tendo em conta a possível nova linha ferroviária do Vale do Sousa, é pertinente projetar uma ligação de superfície entre a central de transportes e a futura estação de caminho de ferro no concelho de Valongo, beneficiando e potenciando o desenvolvimento da cidade e das freguesias do Vale do Leça.

DESPORTO

O desporto, a prática da atividade física inclusiva e para todos (jovens, adultos e seniores) fazem parte de um estilo de vida que ultrapassa os grandes centros urbanos do Município e contribuem para a saúde e bem-estar de todos os nossos concidadãos.

A prática de diferentes modalidades e de diferentes formas de promover a criação de hábitos saudáveis, vêem nas cidades modernas o seu espaço crescer, como uma nova forma de “*life-style*”.

Seja para lazer ou para o desporto de alta competição, necessitamos de criar infraestruturas robustas, inclusivas e duradoras.

Santo Tirso é rodeado por zonas ribeirinhas fenomenais e, é por isso de importância capital, promover também a prática de atividade física junto dos nossos rios.

Como tal, o PPD/PSD propõe:

1. Incentivar, proporcionar e criar as condições para a prática de desportos náuticos, como a canoagem, remo ou stand-up-paddle;
2. Criar o gabinete “Mais Desporto” com vista a dar suporte e apoio às coletividades, por forma a desenvolver, apoiar e apresentar projetos promovidos pelo IPDJ e outras instituições nacionais, modernizando e capacitando as nossas coletividades;
3. Dar resposta obrigatória a todos os pedidos de contrato programa, desde a entrada do pedido até à sua decisão, num prazo máximo de 60 dias;
4. Requalificar e construir os seguintes equipamentos desportivos:
 - a. Campo de futebol de 11 do Parque da Mouteira, com a inclusão de um novo piso sintético, bem como a limpeza da zona envolvente, na freguesia da Reguenga;
 - b. Inclusão de um novo piso sintético no campo de futebol de 11 do Centro Recreativo e Popular da Juventude de Água Longa (CRPJ), celebrando o competente protocolo;
 - c. Colocação de um piso sintético, de redes e limpeza do complexo polidesportivo de Vilarinho;

- d. Finalização da construção do campo de futebol da UD. São Mamede, com a promoção de um protocolo;
 - e. Colocação de um piso sintético, no polidesportivo de Espinho, na freguesia de S.M Campo;
5. Compromisso com os tirsenses, no eixo 2023-2030 e como medida estruturante para o desporto em Santo Tirso, o PPD/PSD propõe a criação de um **centro de alto rendimento**. Será uma unidade de grande valor acrescentado para a deteção, formação e desenvolvimento de atletas de alta competição, e resolverá muitos dos problemas associados ao desporto do nosso município.
- a. Financeiramente, deverá ser elaborado um contrato programa com o IPDJ, com o propósito de alavancar a nova infraestrutura, vital para a prática de diversas modalidades, desde logo, com a inclusão de uma pista de atletismo, estádio de Futebol, Ténis, Padel, Halterofilismo e demais modalidades federadas compatíveis.

TURISMO

O setor do Turismo, é estratégico para um desenvolvimento económico e social sustentável do nosso concelho e com mais-valias para o nosso comércio local, permitindo ainda atrair não só visitantes, mas também habitantes e investidores.

A readaptação dos hábitos de turismo local, provocados pela pandemia, constitui uma oportunidade única de transformação e renovação do setor em Santo Tirso. O turismo detém uma grande capacidade de gerar e fixar emprego, investimento e modernização.

É nossa responsabilidade a sua promoção e divulgação, e desde logo o PPD/PSD propõe:

1. Apoiar o relançamento do negócio da restauração e hotelaria com a redução dos prazos médios de licenciamento, aplicando o período máximo de 90 dias até emissão da respetiva licença de utilização;
2. Implementar o regresso da Feira das Tasquinhas, mas desta vez localizada no Parque D. Maria II, onde, se garantam todas as condições de higiene e salubridade;
3. Criação do selo de garantia, qualidade e origem Santo Tirso, para os Jesuítas, Limonetes, Pudim Condessa Aldara, Tarte São Bento, Bolachas de Santa Escolástica, compotas e licor Singeverga;
4. Promoção Nacional e Internacional da semana das termas das Caldas da Saúde, incluindo uma rede de hotelaria e restauração aderente, com vista à criação de uma oferta apropriada ao turismo sénior;
5. Estreitar laços com as Escolas Profissionais, nomeadamente Escola Agrícola Conde S. Bento e Escola de Serviços de Cidenai, promovendo a semana gastronómica na Quinta de Fora, criando a Academia de Sabores com temas diários durante a semana gastronómica;
6. Promover o festival do vinho verde. Um fim de semana dedicado ao vinho verde da nossa região, com a participação das adegas de Santo Tirso, Quinta de Gomariz e Vercoope, aberto a outros produtores locais visando a promoção do seu vinho e, incluir a restauração com menus de degustação e acompanhamento vínico;
7. Na vertente religiosa, propõe-se a marcação, sinalização e arranjo dos caminhos de S. Rosendo na parte que integra o nosso território, e restauro do imóvel já

identificado visando a sua transformação num albergue de apoio aos caminhantes de S. Rosendo, na freguesia de São Miguel do Couto.

8. Ainda na vertente religiosa, o PPD/PSD propõe promover junto dos operadores turísticos, a execução de uma rota religiosa de proximidade;

DESCARBONIZAÇÃO – ENERGIAS RENOVÁVEIS

Num mundo global onde a transição energética assume e determina novas escolhas de vivência e utilização de mobilidade, vem o PPD/PSD, reforçar a importância de um concelho ambientalmente sustentável, procurando soluções e dando resposta para que ninguém fique para trás, garantindo o cumprimento do pacto para a mitigação e adaptação climática “Compact of Mayors” iniciada em 2014 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, propondo:

Criar medidas de combate aos aumentos dos custos energéticos e incentivo à descarbonização, com um apoio direto às famílias e empresas para o eixo 2023-2025, passando por:

1. Criação de uma linha de apoio para aquisição de painéis fotovoltaicos e bombas de calor (aquecimento de águas quentes sanitárias e produção de eletricidade) com o objetivo de melhorar a eficiência energética e a produção descentralizada de energia em edifícios privados e públicos, num financiamento aos municípios até 70% do valor total investido e num montante total global de **6 milhões de euros** a 3 anos. Linha não acumulável com outros incentivos do estado central, a financiar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
2. Fomentar a criação e dinamização de Comunidades de Energia Renovável, almejando o combate e a atenuação da pobreza energética, através da geração descentralizada de energia solar fotovoltaica em edifícios de habitação social, distribuída a custo simbólico ou gratuito para as famílias mais carenciadas.
3. Criação de Infraestrutura sustentável, com um programa de investimento nos imóveis, propriedade da Câmara Municipal, em equipamentos de geração de energia renovável, que possibilitem uma gestão sustentável, mitigando as consequências das alterações climáticas e que simultaneamente permitam a obtenção de retorno financeiro do investimento, sem onerar os municípios;

PROTEÇÃO CIVIL

Neste capítulo, as preocupações do PPD/PSD são também muito vincadas. Desde logo, porque os fenómenos climáticos extremos vieram para ficar e os recentes incêndios no nosso concelho são disso um exemplo, fazem com que se exponencie esse mesmo risco. Secas e inundações serão também uma constante nos anos vindouros.

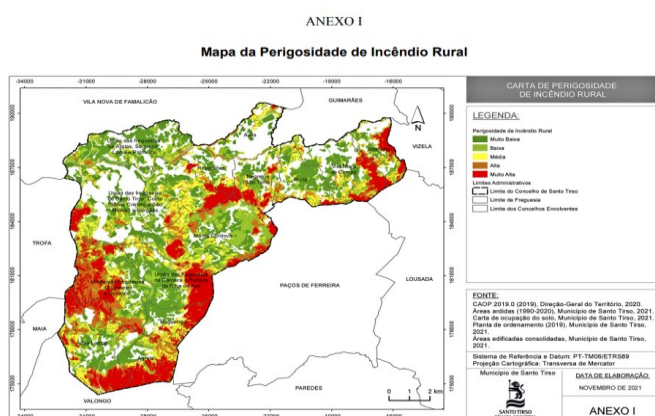
Neste sentido, vem o PPD/PSD propor:

1. A criação de uma comissão de estudo e avaliação, visando a constituição de uma brigada equiparável a vigilantes da natureza. Por definição, os vigilantes da natureza asseguram, nas respetivas áreas de atuação do serviço, funções de vigilância, fiscalização e monitorização relativas ao ambiente e recursos naturais, nomeadamente no âmbito do domínio hídrico, do património natural e da conservação da natureza, competindo-lhes especialmente as ações definidas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 470/99, de 6 de novembro, tais como:
 - a. Aplicação de técnicas e ferramentas de georreferenciação em processos de conservação da natureza ou no quadro da defesa contra incêndios florestais;
 - b. Monitorização de espécies selvagens e habitats;
 - c. Monitorização de espécies migratórias, realização de censos populacionais, controle de pragas e doenças;
 - d. Fiscalização de resíduos e avaliação do seu grau de perigosidade, inspeção de estruturas de gestão de resíduos, controlo de mapas de resíduos;
 - e. Identificação e inventariação de fontes poluidoras;
2. Neste momento, o nosso município, tem o Rio Ave classificado como ponto fundamental de primeira ordem STS.RI.M1.001. Entendemos, e salvo douta opinião, que o rio é um plano de água e não um ponto de água de primeira ordem conforme Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril.

É nossa obrigação, contribuir para melhorar e responder com verdade ao mapa da rede de pontos de água que consta do plano 2021-2030.

Com a ausência de pontos de água de primeira ordem no nosso município e com uma rede de pontos de água ineficiente nos concelhos vizinhos, urge a necessidade de iniciar um planeamento pensado a um nível supramunicipal e em verdadeira rede. Urge ainda a necessidade de conseguirmos garantir que os pontos de água de primeira ordem, para o abastecimento de meios aéreos, estejam distribuídos de forma que toda a superfície dos espaços florestais esteja coberta por áreas de influência dos pontos de água, definidas por um raio de 2,5 quilómetros.

Destarte, propomos que o Município promova a construção **de três pontos de água**. Um primeiro, junto aos limites das freguesias de Monte Córdova e Refojos de Riba de Ave. Um segundo, com construção partilhada entre os municípios da Maia, Trofa e Santo Tirso, na União de Freguesias de Lamelas e Guimarei (a nossa sugestão recai na confluência do aeródromo de Vilar de Luz com o Vale Pisão). E, um terceiro, a construir de forma partilhada na Freguesia de Agrela, nos limites com os concelhos de Valongo e Paços de Ferreira.

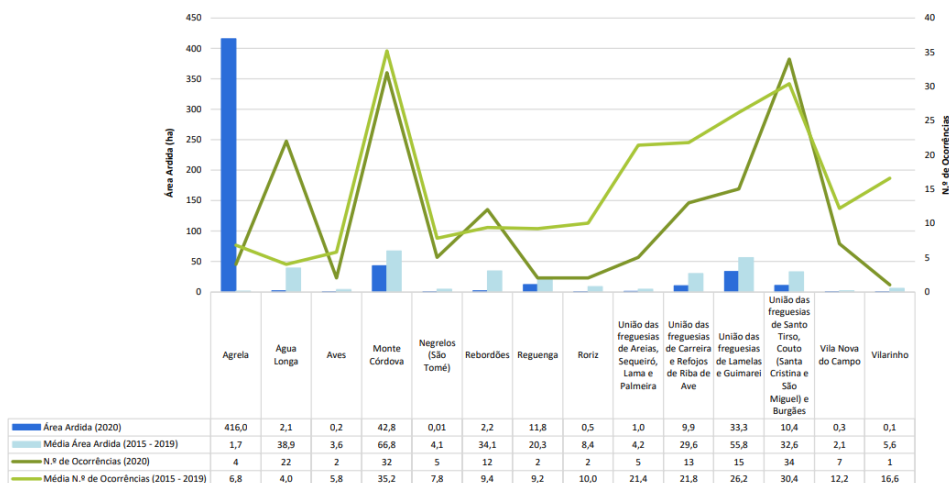


Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal bem sabe, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) constitui um instrumento de planeamento dinâmico e adaptado à nossa

realidade.

O nosso objetivo é o de fazer baixar a área ardida no nosso concelho, que é bastante significativa. No ano 2020, a freguesia de Agrela foi a que apresentou a área ardida mais elevada por cada 100ha de área florestal (83,7ha).

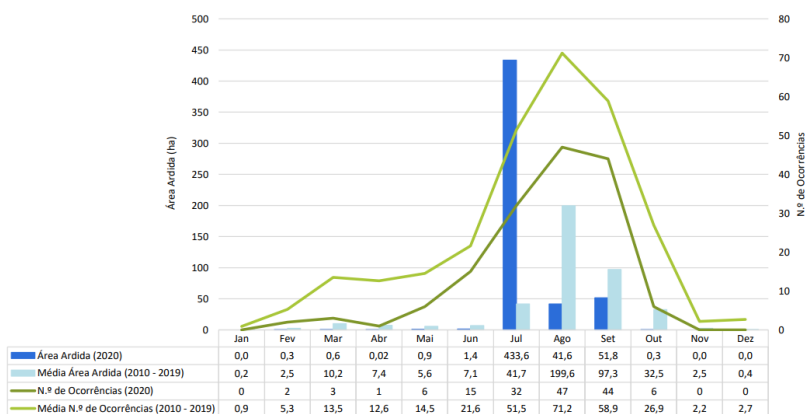
Gráfico 16: Área ardida e número de ocorrências em 2020 e média do quinquénio (2015-2019) por freguesia



Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2021.

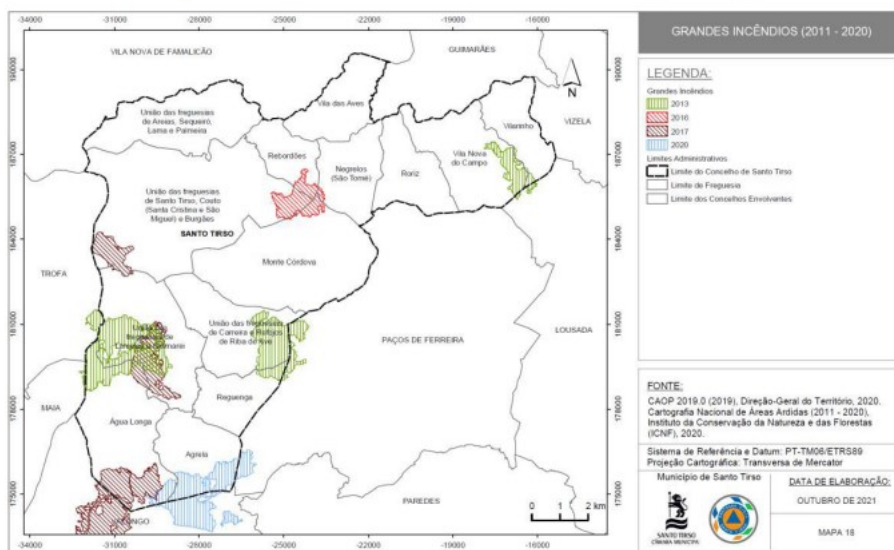
Numa breve passagem pelo gráfico dos grandes incêndios de Santo Tirso, vislumbra-se que a construção de Pontos de água de primeira ordem, nos locais anteriormente citados, é um fator crítico para mitigar os incêndios de grandes dimensões iniciados no nosso concelho, assim como os que aqui chegam via concelhos vizinhos.

Gráfico 18: Área ardida e número de ocorrências em 2020 e média da década (2010-2019) – distribuição mensal



Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2021.

Mapa 18: Grandes incêndios no concelho de Santo Tirso (2011-2020)



Devemos também ser **mais corretos** com a informação pública constante no caderno II do PMDFCI de Santo Tirso, quando se fala em seis pontos de água. Não podemos, nem devemos classificar de pontos de água os planos de água. É **um erro grosseiro**, aliás, a definição constante no despacho supracitado permite-nos fazer muito bem essa destrição.

É urgente o Município de Santo Tirso dispor de uma proposta de construção de pontos de água durante o período de vigência do plano (2021-2030).

3. Deste modo, sugere-se ainda uma modificação ao plano de ação do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, não descurando o ordenamento e o planeamento florestal, assim como a limpeza da rede viária florestal, de 150ha, onde só está prevista a intervenção em 27ha no ano de 2023.

TRANSPARÊNCIA, AMBIENTE, INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL:

O PPD/PSD propõe:

1. Implementação de uma estratégia para a transparência e para o combate à corrupção, assente em:
 - a. Atualização do Código de Boa Conduta;
 - b. Criação do Código de Ética e Cidadania;
 - c. Introdução das melhores práticas de comunicação e reporte de queixas, com garantia de salvaguarda de privacidade e direitos;
 - d. Garantia de serviços eficientes aos munícipes, aumentando a transparência e a eficácia de todos os processos que envolvam a relação com o atendimento aos munícipes;
 - e. Implementação e definição de tempos médios de referência para a decisão de todos os seus processos e procedimentos;
 - f. Garantia do conhecimento público, em tempo real, do estado do pedido e identificação do respetivo técnico ou dirigente que esteja a intervir no processo decisório, ou cuja decisão esteja pendente;
 - g. Reformulação dos processos internos para garantir os prazos contratualizados;
 - h. Realização de visitas obrigatórias dos técnicos aos locais das obras, aumentando a disponibilidade de meios e recursos humanos;
2. Aumento da transparência na contratação pública de bens e serviços pelo Município, para uma melhor distribuição de oportunidades, utilizando todos os instrumentos legais em vigor e o Código da Contratação Pública, criando o **Conselho Municipal da Contratação Pública**;
3. Criação do portal digital público (PDP), por forma a tornarmos público, todos os concursos e adjudicações efetuadas pelo município;
4. Transporte coletivo gratuito para todos os residentes menores de 23 anos e maiores de 65 anos, por forma a potenciar: 1 - Um concelho mais sustentável; 2 - diversificar a mobilidade. Nota: O alargamento do Passe Social Intermodal –

- (ANDANTE) deve ser assegurada a partir do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), inscrito no Orçamento de Estado, mas caso não estejam previstas verbas para Santo Tirso e não se consiga negociar com o estado central a sua inscrição para 2023, então, deverá ser assegurada via transferências de capital;
5. Aumentar a cobertura da rede de água potável e da rede de esgotos para um mínimo de 90% em todo o concelho, desde Água Longa a Vilarinho, no triénio 2023-2025, recorrendo a fundos comunitários do plano de recuperação e resiliência (PRR);
 6. Sistema de recolha seletiva resíduos sólidos urbanos porta a porta, financiada pelo aumento da receita das taxas de resíduos sólidos;
 7. Aumento do valor pago através de voucher, atualmente no valor de 25 euros, até ao 12º ano, para 50 euros, de modo a permitir às famílias a aquisição de cadernos de atividade dos respetivos manuais escolares, que mesmo não sendo obrigatórios, são frequentemente recomendados por todos os professores;
 8. Requalificação e dinamização do Parque da Feira Municipal, com a inclusão de um parque de estacionamento subterrâneo gratuito;
 9. Aquisição de terreno e construção do parque de lazer em Vilarinho;
 10. Requalificação da estrada municipal EM.513 em Vilarinho;
 11. Construção da ligação pedonal desde S. Martinho do Campo até à estação de caminhos de ferro de Lordelo – Guimarães; financiado por transferências de capital ou por integração da conta de gerência (havendo disponibilidade);
 12. Proposta para a conclusão da 2ª fase do cemitério de Vila das Aves;
 13. Aquisição de terreno com vista à implementação e construção da piscina municipal na freguesia de Vila das Aves;
 14. Requalificação e remodelação do Largo Conde S. Bento, na freguesia de Vila das Aves (início EM.511), com vista ao reordenamento do estacionamento e acessos ao Adro da Igreja;
 15. Requalificação da ligação entre Virões e Chãos, na freguesia de Roriz, com vista a melhorar o trânsito e a criar alternativas à EN.105;
 16. Alargamento da via e criação de infraestruturas na rua Dr. Eduardo Lima Carneiro, na freguesia da Lama, que faz a ligação da rotunda com o monumento ao operário

têxtil, até Sequeiró, aproveitando o facto de ainda não haver moradias construídas em grande parte do traçado.

17. Requalificação do Jardim Pinto Leite, na freguesia de Areias;
18. Requalificação e dinamização da Rua Dr. Manuel Cruz, até ao rio Pele, abrangendo inclusive a área agrícola (zona industrial Palmeira II), com um objetivo a captação novas empresas, o investimento e promoção de emprego;
19. Aquisição de terreno e construção do Parque da Ribeira, na freguesia de S. Tiago da Carreira;
20. Aquisição de terreno e construção da casa mortuária na freguesia de Refojos de Riba de Ave;
21. Requalificação dos acessos ao parque desportivo da freguesia de Refojos de Riba de Ave e construção de nova acessibilidade;
22. Requalificação do espaço fluvial Poço Negro, na freguesia da Reguenga;
23. Requalificação e modernização do regadio existente na freguesia da Reguenga;
24. Solicitar estudo de impacte ambiental, para posterior criação de novo acesso ao empreendimento Vale Pisão, na freguesia de Água Longa, via (Norte – Sudoeste), para fazer diminuir o tráfego automóvel através do centro da Freguesia;
25. Requalificação da Ponte Romana do Arquinho e recuperação e modernização das infraestruturas do Parque do Arquinho, aproveitando ao máximo a beleza natural da ribeira do Pisão;
26. Aquisição de terreno com vista à implementação e construção do complexo da piscina municipal da freguesia de Água Longa, que sirva toda a população do Vale do Leça;
27. Construção de equipamentos e acessos para o parque fluvial da Ponte de Pau, na freguesia de Agrela;

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Entende o PPD/PSD que os funcionários são o maior ativo e o rosto do município na sua relação com os munícipes. Será feita uma aposta reforçada nas suas qualificações, valorizando assim o seu trabalho, bem como os próprios. Em simultâneo serão desafiados a adotarem práticas mais sustentáveis nas áreas da economia, finanças, ação social e ambiente. Deste modo, pretende-se promover a colaboração e cooperação num verdadeiro trabalho com espírito de grupo, nos seguintes termos:

1. Levantamento das necessidades de formação continua dos trabalhadores da CMST, e consequente criação e execução de um plano de formação geral para cada serviço;
2. Implementação de um processo de auscultação dos trabalhadores acerca do seu grau de satisfação e avaliação das suas condições laborais, nomeadamente no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho;
3. Criação do quadro de excelência municipal dos trabalhadores, pelo serviço público prestado, com as devidas recompensas.

NOTAS FINAIS

Por outro lado, insistimos na ausência de uma estratégia integrada do território, como, de resto, se atesta pela contínua concentração do investimento municipal na cidade de Santo Tirso. O fosso entre o centro e as freguesias é visível e coloca em causa o primado da coesão social e territorial, princípio fundamental e basilar da democracia, bem como o princípio da equidade e igualdade.

E, é nas pessoas que deve estar o foco das nossas ações. São importantes as requalificações, os arranjos urbanísticos, os apoios à educação, ao desporto e à cultura, mas se não investirmos com critério, não conseguiremos almejar o tão desejado crescimento económico e social dos nossos concidadãos e voltar a colocar Santo Tirso no lugar que é seu por direito.

O PPD/PSD Santo Tirso, tem a coragem, a força, a competência e a vontade para liderar um processo desta exigência, e no mínimo, espera-se que o executivo socialista, comungue das mesmas vontades.

Santo Tirso, 06 de setembro de 2022.